



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA
- 2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/2/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento o pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas, relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 1º/2/2017**

O deputado André Quintão* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. telespectadores que acompanham a TV Assembleia, com muita alegria nós reiniciamos a 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, num ano que esperamos ser mais promissor que o ano que passou. Eu queria centrar sobre desafios para 2017 neste primeiro pronunciamento da atual legislatura. E, a par disso também, gostaria de fazer menção ao discurso do deputado Lafayette, que falou hoje em nome dos representantes da Mesa, no sentido da necessidade de, neste ano de 2017, termos um debate mais aprofundado, um debate em torno de desafios tão importantes colocados diante de nós, parlamentares, diante do Poder Executivo e, particularmente, diante das instituições democráticas. Vivemos um momento agudo, um momento crítico da realidade brasileira e também da realidade mundial. Hoje a representação, ou esse tipo de representação, está em xeque; a credibilidade e a integração das instituições estão arranhadas; temos problemas concretos diante de todos nós e, no caso brasileiro, principalmente, temos o povo mais pobre. Acredito que a Assembleia de Minas, neste ano de 2017, terá oportunidade de, com maturidade, com diálogo, com civilidade, como é da natureza desta Assembleia, ser um polo irradiador no debate de questões que afetam o povo brasileiro, com repercussão aqui no nosso estado.

É inegável que a questão do desemprego aflige hoje milhões de brasileiros, um número assustador de 12 milhões de desempregados. É verdade também que precisamos, em momentos de crise, fortalecer nossas redes de proteção social, mas, contraditoriamente, medidas aprovadas pelo Congresso Nacional recentes apontam exatamente para o subfinanciamento de políticas públicas importantes, da assistência, da saúde e da educação. O equacionamento das finanças federal, estaduais e também municipais deve ser feito, inclusive, nesse sentido, e o governo Fernando Pimentel tem feito esse esforço. Ele conseguiu reduzir pela metade o déficit. De R\$8.000.000.000,00 passou para R\$4.100.000.000,00, mas ele ainda existe e é alto.

É importante também que o equacionamento das contas públicas não recaia exatamente sobre aquelas pessoas que mais sofrem os efeitos da crise econômica e da recessão. Preocupa-me, na discussão federativa, por exemplo, a forma como o governo federal vem discutindo com os estados, tentando aplicar-lhes medidas, a meu ver, equivocadas do ponto de vista do chamado ajuste fiscal. Temos consciência de que o ajuste fiscal e o redimensionamento e redesenho das políticas públicas são necessários, mas isso não se faz diminuindo exatamente investimentos em áreas estratégicas, em áreas que têm a ver com as pessoas mais pobres, mais desorganizadas, mais necessitadas do acesso a políticas públicas universais, nem mesmo fazendo com que o ônus recaia sobre os servidores públicos ou apontando para um Estado privatizado.

A Assembleia Legislativa vai se deparar, com certeza, com este debate no ano de 2017, e é bom já demarcarmos essa posição: o equacionamento das finanças e das contas públicas não pode recair sobre o ombro das pessoas mais pobres nem sobre a rede de proteção social nem sobre os servidores públicos, principalmente sobre aqueles que são mais desprotegidos e não pertencem a grandes corporações e a carreiras mais valorizadas, pois, infelizmente, os números federais mostram que, no bolo do dispêndio do recurso destinado aos servidores, muitas vezes algumas categorias são priorizadas e outras preteridas historicamente. Portanto, há também uma desigualdade no interior do próprio funcionalismo público e, por consequência, da própria previdência.

A Assembleia também, com certeza, terá oportunidade de participar desse debate nacional das reformas – algumas, a meu ver, até não são prioritárias, mas já estão em curso no Congresso Nacional – com o mesmo cuidado. A reforma trabalhista, por exemplo, não pode ser entendida como uma flexibilização que coloca em risco direitos conquistados pelos trabalhadores desde a CLT de Getúlio Vargas. E acredito que outras reformas, hoje um pouco esquecidas ou de difícil entendimento, como a reforma política e a reforma tributária, deveriam estar no cerne da preocupação do debate nacional e estadual. A questão tributária tem a ver com a saída da crise fiscal enfrentada pelos estados. A própria guerra fiscal que induz a desonerações e a incentivos diminui a capacidade de

arrecadação dos estados e dos municípios. Em momento de discussão de ajuste fiscal, há que se repensar essa política de desoneração e de incentivos fiscais, pois elas se tornam um mecanismo de guerra entre estados e também de diminuição de receitas.

Então, vejam bem, em um momento em que o Estado brasileiro, de maneira geral, precisa de recursos para melhorar o atendimento da saúde pública, do SUS, para aumentar os investimentos em infraestrutura básica, principalmente o saneamento básico, e para investir em segurança pública – está aí a crise do sistema prisional brasileiro a desnudar uma realidade terrível –, muitas vezes, as desonerações, os incentivos fiscais e a própria guerra fiscal entre os estados diminuem essa capacidade de arrecadação. Considero este um ano talvez menos contaminado pela paixão político-eleitoral, um ano em que não teremos eleições, um ano em que a população também espera resultados mais objetivos. Que possamos aqui na Assembleia dar um salto de qualidade. Como disse o deputado Lafayette, é muito importante reafirmar e valorizar a representação, o Poder Legislativo, a pluralidade política inerente ao parlamento. Mas esse fortalecimento depende sobretudo dos sinais emitidos por esta instituição para fora e não simplesmente para as disputas políticas, eleitorais e partidárias para dentro. A pluralidade é essencial e importante, assim como os papéis democraticamente exercidos pela situação e pela oposição para se manifestarem no Parlamento, no debate político, nas comissões, no Plenário. Isso faz parte do funcionamento da democracia. Mas há que se ter cuidado para que esse tipo de debate, de discussão esteja conectado com a realidade do povo lá fora, com a realidade do povo das regiões mais distantes de Minas Gerais, que está preocupado com a segurança pública em seu município, está preocupado com a disponibilidade de água no semiárido – muitas vezes até para consumo humano. Também deve estar associado às necessidades do nosso Sistema Único de Saúde, à qualidade do ensino, da educação. Esse é um sentimento principalmente para o País. É fundamental que a pluralidade democrática e de opinião ou de opiniões esteja sob a égide da tolerância política, do respeito, da maturidade em traduzir os nossos debates em crescimento de políticas públicas, em aperfeiçoamento ou cumprimento de leis, em exercício do controle social e da participação popular. O mundo hoje não vive dias luminosos. Vivemos a intolerância, o massacre na Síria, o xenofobismo, o populismo da direita, o novo presidente dos Estados Unidos, a ascensão de valores conservadores que repercutem em nosso país, a homofobia, o racismo, o descaso com os mais pobres, os refugiados e os imigrantes. Nós temos a obrigação ética e moral de nos contrapor firmemente a esses valores do atraso anticivilizatório e antiético que perpassam mentes contaminadas pelo que há de pior no mundo.

Eu tenho a certeza de que, independentemente de partidos políticos ou posicionamentos em relação aos governos estaduais, podemos enfrentar essa encruzilhada para a democracia, a economia, as políticas públicas brasileiras, com responsabilidade e diálogo, sempre peculiares nesta Casa, tão bem representada pelos atuais deputados e deputadas.

Termino também fazendo uma menção toda especial aos deputados que assumiram em dezembro e hoje: Gustavo Santana, Tony Carlos e nosso querido Cel. Edvaldo Piccinini, hoje deputado, com quem tive a honra de trabalhar, eu como secretário de Desenvolvimento Social, e ele como chefe do Comando de Policiamento da Capital. Isso há 20 anos. O deputado João Leite também era secretário de Esportes. Tínhamos uma parceria relativa aos meninos e as meninas de rua em Belo Horizonte, com a criação do Grupo Especializado de Atenção à Criança e ao Adolescente de Rua – Geacar.

Concluindo, presidente, tenho a certeza de que o trabalho da Assembleia será acrescido da experiência, da competência e da capacidade dos novos deputados. Que Deus ilumine muito esta legislatura. É a expectativa do povo mineiro em relação a todos nós.

Parabéns, Dalmo. Parabéns a toda a Mesa que assumiu hoje. Tenho a certeza de que, com o nosso apoio expresso na maciça votação que obtiveram, os membros da Mesa farão o melhor pela Assembleia Legislativa e pelos mineiros. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Muito boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia.

A minha vinda a esta tribuna neste dia tem como objetivo falar de três momentos importantes que aconteceram durante o recesso parlamentar e que precisam ser tratados desta tribuna.

Em primeiro lugar, quero parabenizar um dos prefeitos mais bem avaliados de Minas Gerais e fazer-lhe uma singela homenagem. Ele se tornou, recentemente, presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale Paraibuna – Ampar – e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna – Cimpar. Refiro-me ao amigo Paulo Neves, prefeito de Guarani, que inicia, também neste ano, seu segundo mandato à frente daquele querido município.

Prefeito Paulinho, o desafio da gestão pública o levou para mais longe. Além das fronteiras de Guarani, a Ampar e o Cimpar contarão, a partir de agora, com sua administração séria, competente e respeitada. Você é um gestor público com a experiência necessária para colocar em prática uma política de integração capaz de levar mais desenvolvimento a todos os municípios associados.

Meu sentimento é de alegria e satisfação por ter acompanhado, de perto, os últimos quatro anos de sua gestão na Prefeitura de Guarani e por saber que seu empenho e seu trabalho serão agora estendidos aos 40 demais municípios do Vale do Paraibuna que integram as respectivas instituições. Destaco a importância das associações e consórcios em um Estado como Minas Gerais, com 853 municípios. É por meio da associação, da integração das ações que a voz do gestor municipal se faz mais forte e mais efetiva.

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer ao conhecimento desta Casa uma nota triste, de pesar, de falecimento de um amigo muito próximo: o ex-vereador, presidente municipal do PV em Espera Feliz, Cláudio Valentim. Ele faleceu no final do ano passado. Além de vereador, como foi dito aqui, foi empresário, foi vereador por dois mandatos, lutou pelos ideais do Partido Verde e dedicou sua vida pública ao desenvolvimento de Espera Feliz e região.

Aos 61 anos, Cláudio deixa esposa, Cláudia Helena, além de três filhos – Arthur, Isabela e Amanda –, quatro netos e também centenas e centenas de amigos e admiradores. Faleceu no mesmo dia em que é comemorado o aniversário de sua querida cidade, Espera Feliz, que foi o objetivo maior de sua vida e de sua luta pública. Sem dúvida, essa é uma inestimável perda para a política de Minas. Para aqueles que tiveram o privilégio de conhecer e conviver com Cláudio, fica a saudade e o reconhecimento não apenas dos espera-felizes, mas também de todos nós, mineiros. Deixo o meu abraço, a minha solidariedade à família e aos amigos.

Trago também a notícia do falecimento de Daly Batista, ex-presidente da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, que nos deixou precocemente e que também já faz falta no caminho que nos leva a lutar pela valorização do setor turístico de Minas Gerais.

Pude ter uma convivência próxima com a Daly Batista durante minha gestão na Secretaria de Estado de Turismo e a reconheço como uma das maiores entusiastas e guardiãs dos Circuitos Turísticos Mineiros. A Daly não mediu esforços para transformar as políticas de valorização dos nossos circuitos em referência para outros estados da Federação. Trago, portanto, Sr. Presidente, com pesar, essas duas notícias.

Quero também aqui dar as boas-vindas aos deputados que passam a integrar, pela primeira vez, esta Casa. Um deles é o deputado Gustavo Santana, cuja família tem história longa na política de Minas Gerais – o seu pai, José Santana, foi presidente desta Casa. A partir de agora, deste ano, esse deputado vai nos honrar com sua presença e o seu trabalho. Saúdo também o deputado Coronel Piccinini, que tem um trabalho grande na Polícia Militar, no Clube dos Oficiais e também como vereador em Belo Horizonte. Ele vai trazer a esta Casa a sua experiência, o seu trabalho e o seu conhecimento no setor da segurança. Permita-me também, Sr. Presidente, saudar o deputado Tony Carlos, de Uberaba, que retorna a esta Casa e volta conosco a integrar este Parlamento para debater temas tão importantes para o nosso estado.

Quero também parabenizar o presidente Adalclever, que vem, com tanto brilhantismo, dirigindo esta Casa; e também os novos membros que passam a integrar esta Mesa. Parabenizo os deputados Dalmo Ribeiro Silva, que hoje nos dá a honra de presidir esta reunião com a experiência de seus vários mandatos – ele, com certeza, será também peça importante nos trabalhos e no desenvolvimento desta Casa; e Hely Tarquínio, que passa agora a ser ouvidor do Legislativo. Ele, nos últimos dois anos, como 1º vice-presidente, conduziu os trabalhos com harmonia, atenção e com muito cuidado com todos os parlamentares.

O deputado Antonio Carlos Arantes* (em aparte) – Muito obrigado, deputado Agostinho Patrus Filho.



Com grande satisfação, queria comunicar a presença no saguão desta Casa do Sr. Luiz Carlos Rodrigues, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Girolando do nosso Brasil. Antes, queria cumprimentar o Jonadan pelo belíssimo mandato. Ele é uma pessoa de origem chinesa, mora em Uberaba e fez um belíssimo trabalho que realmente tem promovido muito a raça girolando no Brasil.

Também está aqui presente o diretor financeiro, que nos trouxe o convite para sua posse na diretoria no dia 10/2/2017, sexta-feira, às 20 horas, no Parque Fernando Costa, em Uberaba. Ele tem ao lado o Luiz Fernando Reis, 2º-diretor financeiro. Está conosco aqui também o Bruno, que quase todos conhecem, sempre competente assessor da época do secretário Elmiro do Nascimento e agora na Girolando. Então, o nosso convite.

Realmente, o girolando é essa raça que faz a diferença no Brasil. Até, no ano passado, pudemos colocar emendas parlamentares com que foram adquiridos veículos e sêmens para promover no País a raça girolando, que é tão importante para o desenvolvimento do nosso setor agropecuário.

Cumprimento, mais uma vez, desejando bastante sucesso, a nova diretoria da Girolando no Brasil, composta pelo Luiz Carlos Rodrigues, pelo Luiz Fernando Reis, pelo Odilon de Rezende Barbosa Filho, pela Magnólia Martins da Silva, pelo Rubens Aparecido Câmara Júnior, pelo José Antônio da Silva Clemente, pelo Domício José Gregório, pelo José Renato Chiari, pelo Guilherme Marquez de Rezende e pela Aurora Cinato Real. Cumprimento também o conselho fiscal, composto por mais 16 nomes. Parabéns, Girolando.

Muito obrigado, deputado Agostinho Patrus Filho, pelo aparte.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Muito obrigado, deputado Antonio Carlos Arantes. Quero, presidente, completar o meu raciocínio desejando a esta Casa e aos meus pares um ano de muito trabalho e dedicação. Com certeza, a Assembleia de Minas, como fez nos anos anteriores, vai aperfeiçoar os projetos que aqui chegarem, debater e discutir temas que são muito importantes para o nosso estado. As matérias que chegarem a esta Casa, com certeza, sairão aperfeiçoadas a partir do debate e da contribuição de cada um dos parlamentares.

Vou encerrar as minhas palavras parabenizando a nova Mesa e o novo 1º-secretário, deputado Rogério Correia, que terá a missão de conduzir esta Casa como um grande gestor e prefeito. Com certeza, pela sua experiência, pelo trabalho que realiza e que tem realizado nos últimos anos, fará uma grande gestão à frente da 1ª-Secretaria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, também quero parabenizá-lo pela posse de hoje. Tenho certeza de que, em conjunto, vamos fazer um bom trabalho na Mesa; vamos trabalhar com os companheiros que também tomaram posse hoje.

Pedi para usar a tribuna para falar da posse, da importância do momento político que estamos vivendo na Assembleia Legislativa e do tamanho da tarefa não apenas da Mesa mas também de toda a Assembleia e de todo o mundo político do Brasil.

O deputado André Quintão citou, em sua intervenção, o problema da crise política que vivemos, que passa também por uma crise de valores. Às vezes, essa crise é um questionamento ao próprio processo democrático, e, por vezes, Coronel Piccinini, à própria democracia, ao próprio sistema político. É um questionamento à política em si, como se ela em si não fosse algo bom. A política assim deve ser vista, como algo bom, porque é por meio dela que as coisas mudam, que passam a ser menos injustas. É por meio da política que se administram as coisas, que há ordem, deveres, direitos. Isso é estabelecido pela política. Se a política é eliminada, deixa-se tudo ao sabor do regime em que vivemos, o capitalismo, permite-se que a regência se dê pela força de quem tem mais poder econômico na sociedade. Retirando-se a política, sobra isso para regular a vida das pessoas, que o fará de forma injusta. A política existe para que, por meio do debate, possa ser exercida na sociedade a organização das coisas. No caso, a democracia é vista como valorização do voto e, especialmente, do parlamento.

É óbvio que este parlamento precisa de mudanças, por isso, nós, há muito tempo, falamos em realizar uma reforma política no Brasil. Essa reforma política é mais do que necessária agora, porque, dentro da vida política, tem predominado a força de interesses econômicos. Aqueles que têm mais recursos ou que angariam mais recursos são os que têm mais chance de adentrar no parlamento brasileiro. Se olharmos o rosto do parlamento no Brasil, veremos que essa cara do parlamento não é a cara do povo brasileiro. Isso, deputado Dalmo Ribeiro Silva, acontece em geral – no Senado, na Câmara Federal, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Mas especialmente no Senado, na Câmara Federal e nas assembleias legislativas.

Quase não se veem negros nesses organismos democráticos. É estranho, porque, na população brasileira, quase a metade é negra. Não é assim o retrato do parlamento. Quase não se veem mulheres no parlamento. Embora tenhamos metade ou um pouco mais de mulheres no Brasil, isso repassa em outros parlamentos de outras partes do mundo. A política também não condiz com o que deveria ser o retrato do parlamento, porque virou alvo para os mais ricos e para aqueles que têm mais força do ponto de vista cultural na sociedade, que são os homens.

Vemos poucos representantes de trabalhadores no parlamento, muito menos do que 2/3, que é o percentual da população brasileira composto por trabalhadores rurais e urbanos. Mas vemos uma quantidade enorme de representantes das elites do capital financeiro, do capital monopolista, porque representam a maior possibilidade econômica de conquistar cadeiras. Hoje, especialmente no parlamento federal, grande parte dos deputados já entra com o carimbo de alguma empresa que representará.

Isso demanda uma reforma na política, e não a retirada da política. Às vezes, é essa a confusão que vemos na cabeça das pessoas. Em vez de reformar a política, de melhorar a qualidade da democracia, colocam como receita acabar com a política e com a democracia. O problema é o que se propõe. No lugar da política, viria a organização da sociedade pelos mais poderosos financeiramente. O lucro e o capital regulariam a nossa vida sem a mediação da política e das leis, o que aprofundaria a desigualdade. A ausência da política levaria a esse tipo de sociedade, ainda mais injusta. A mesma coisa acontecerá se houver ausência de democracia. Aí, sim, colocariam no lugar algo autoritário, que retiraria a liberdade.

Mas isso está em crise. Estando em crise, precisamos ser exemplo do sistema democrático e de aprofundamento da democracia brasileira. Pautar a reforma política é peça fundamental, não apenas para o Congresso Nacional, mas por qualquer organismo democrático brasileiro. Passa a ser a principal das reformas ainda a ser vista, mas não apenas como palavra, e sim como ação. Essa é uma tarefa.

Aqui na Assembleia Legislativa, assume agora uma nova Mesa, que já tem a experiência do trabalho anterior, mas também reforçada com alguns companheiros e colegas. Precisamos ter em mente que é preciso aprofundar – como tem sido feito na Assembleia Legislativa – cada vez mais a participação popular, seja nas comissões, seja absorvendo ideias e propostas. Nossa proposição é estudar como podemos ampliar cada vez mais a participação popular no Parlamento mineiro. Isso dá força ao sistema democrático e à nossa Assembleia Legislativa.

Presidente, é com esse intuito que, agradecendo a todos os deputados e todas as deputadas a votação, estou representando a Assembleia Legislativa no cargo de 1º-secretário. Agradeço com particularidade a indicação por meio do Bloco Minas Melhor, da bancada do PT. Agradeço e parablenizo o companheiro Ulysses Gomes, que foi o nosso 1º-secretário e, na prática de rodízio que fazemos na bancada do PT, possibilitou-me representar agora o nosso bloco na 1ª-secretaria. Nada de inventar, como se a partir de agora tivéssemos algo tão novo que já não existisse. Não. Mas é a partir do que já existe que vamos buscar fazer mudanças necessárias no sentido de aprimorar esse trabalho democrático de participação que eu aqui situei para vocês.

Aproveito também, presidente, para prestar contas de um ponto importante do qual eu cuidei durante o recesso parlamentar – mesmo durante o recesso, por ser uma bandeira constante no meu mandato, como vocês todos sabem, deputados e deputadas e o povo de Minas Gerais, que é a bandeira da educação pública em Minas Gerais. Obtivemos algumas vitórias importantes nesse recesso parlamentar. Quero agradecer ao governador Fernando Pimental. Quero parabenizar o Sind-UTE, o que faço por meio da



coordenadora do Sind-UTE, Profa. Beatriz Cerqueira. Conquistamos agora, ao final do processo do concurso de 2011, uma nomeação de mais de 2.500 professores de séries iniciais, que foram nomeados e efetivados como concursados na rede estadual de ensino. Isso completa, Coronel Piccinini, que está adentrando agora na nossa Assembleia Legislativa, 40 mil nomeações que o governador Fernando Pimentel, em dois anos, conseguiu fazer para os cargos de professores e trabalhadores da educação em Minas Gerais; ou seja, 80% desses professores. Nenhum governo nomeou, com concurso público, tanta gente na educação como o governador Fernando Pimentel. Foram 40 mil funcionários nesses dois anos.

E a notícia boa, deputada Geisa Teixeira, que também nos ajudou nesse processo, assim como toda a bancada governista, é que vamos fazer a mesma coisa com os concursados de 2014. Já há um compromisso do governador Fernando Pimentel para ampliar as nomeações de 2014. Por isso o critério, agora, para as designações foi o critério dos concursados, para se valorizar o concurso público, tanto o de 2011 quanto o de 2014. Houve problema no sistema *on-line*, que faz as designações, mas já está sendo corrigido – como espero, porque é obrigação da Secretaria de Educação fazê-lo –, para que assim seja publicada ainda hoje uma nova lista, fazendo com que prevaleça isso que está na resolução, que é a ordem correta dos concursados de 2011 e de 2014. E que se estabeleçam mais nomeações em 2014. Tomara que, de agora até o final do governo, a gente consiga mais 40 mil nomeações e mais um concurso público, para que a gente complemente, portanto, nomeações reais. Será o governo que mais nomeou, com certeza, na educação pública mineira. Ninguém fez isso antes aqui em Minas Gerais. Por que isso é importante? Porque dá estabilidade à educação e dá carreira aos trabalhadores da educação, carreira que também foi refeita pelo governador por meio do projeto de lei que aprovamos no início do mandato de Fernando Pimentel, que restabeleceu carreira na educação e, ao mesmo tempo, garantiu reajuste todo mês de janeiro. Aliás, fica aqui a nossa expectativa. Tenho contatado o governo, e estamos esperando que se já remeta, em breve, para os próximos dias, agora que a Assembleia Legislativa retoma os trabalhos, o reajuste desse janeiro, que, se não me engano, é de 7,8%, 7,9%, que foi estabelecido pelo Índice Nacional do Piso da Educação.

No ano passado, o único estado que cumpriu o piso da educação e concedeu reajuste de quase 12% foi Minas Gerais, apesar da crise econômica. E este ano estamos na expectativa de, em breve, deputado Dalmo, receber um novo piso, um reajuste de 7,68%, que também já foi aprovado. Alguns servidores questionam por que só para a educação. Não é isso, é porque foi aprovado por nós, deputados, que haveria esse reajuste mensal. E no mês de agosto deve haver um novo abono para se chegar até o piso salarial nacional da categoria.

Então as notícias que tenho no campo da educação são boas, são de que esse acordo está sendo cumprido. Aliás, todo governante, na época de eleição, apresenta que a sua prioridade é a educação. É ou não é verdade? Se se perguntar para todo mundo que disputa eleição, para prefeito, para governador, que disputa cargo majoritário, qual a sua prioridade, com certeza, uma delas será a educação. Mas o governador Fernando Pimentel tem apresentado isso não apenas no discurso, mas como prioridade real. Então, a nomeação de 40 mil concursados, o reajuste anual no mês de janeiro do piso nacional – só Minas está fazendo e fará este ano – e agora as nomeações de 2014 e o plano de carreira da educação, Emidinho, nos dão a garantia de que podemos entrar na escola com a alma lavada por estarmos também cumprindo a nossa missão.

Nesses 2 minutos que me restam, finalizo dizendo que os professores já estão marcando para o dia 15 de março uma greve geral nacional, no Brasil inteiro. Peço apoio aos deputados, pois, infelizmente, os professores estão sendo ameaçados de perder o seu direito à aposentadoria especial. Hoje, uma professora que se aposenta com 45 anos de idade e 25 anos de serviço, pela nova norma enviada pelo governo federal, com o apoio dos partidos da base do governo Temer, vai se aposentar apenas aos 65 anos de idade e, na íntegra, com 49 – aliás, nem na íntegra mais, porque passará agora ao plano privado de aposentadoria do setor privado.

Portanto, presidente e deputado Pimenta, os professores têm a perder muita coisa com a reforma da previdência. As professoras e os professores passariam a aposentadoria de 45 e 50 anos de idade para 65 anos e não integral. Assim, acaba-se o prazo de aposentadoria e, na sua vida funcional, a aposentadoria especial. Mais do que isso: já perdemos, pois foi aprovado pela maioria dos



deputados federais, dos partidos conservadores que dão sustentação ao governo Temer, o congelamento por 20 anos da verba de educação e de saúde pública. Isso será um desastre para estados e municípios.

Então, presidente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação marcou uma greve geral nacional a partir de 15 de março para que possam parar o Brasil juntamente com as universidades em favor da educação pública. Pimentel tem dado um bom exemplo aqui. Esperamos que, com essa greve nacional, retome-se também a luta e o exemplo para o Brasil. Muito obrigado. Agradeço a todos os deputados a força que nos deram também na eleição da Mesa. Obrigado.

O deputado Emidinho Madeira* – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o nosso presidente e o deputado Rogério Correia, nosso secretário. Pedimos a Deus que abençoe a nova Mesa, conduza todos os seus trabalhos e a dirija pelas veredas da justiça, impedindo qualquer tropeço que houver diante desta Casa.

Quero dar as boas-vindas a todos os deputados neste terceiro ano, neste 2º biênio que se inicia. Estes dois anos em que aqui estive foram só de aprendizado. Faltou e faltava muita experiência e estudo. Mas deu para ter uma noção. Esta é uma Casa de debate – e é preciso debater. Todos têm de medir as palavras e ter conhecimento da crise e dos desgastes políticos que hoje existem no nosso estado, no nosso país e no nosso município.

Quero dar as boas-vindas ao Coronel Piccinini, do PSB, colega de partido. Estamos juntos. Seja bem-vindo a esta Casa. Seremos parceiros. Pode contar conosco na nossa pequena força para o que der e vier. Estamos sempre juntos.

Convido todos a participar, na semana que vem, da Femagri, feira que será realizada pela Cooxupé no Sul de Minas, de 8 a 10 de fevereiro. No ano passado, ela obteve negócios no valor de R\$140.000.000,00 em três dias. Quero convidá-los a participar e dizer a todos os parceiros deputados e ao governo que precisamos ter um olhar diferenciado para o setor rural. Entra governo, sai governo, e não dão atenção. O setor rural fica sempre em segundo, terceiro ou quarto plano. O cafeicultor, o produtor de soja, o pecuarista é quem banca os municípios, o Estado e este país, mas poucos têm dado atenção a eles. Talvez, na época da campanha, lembrem-se do cafeicultor, do produtor rural desse setor, mas depois, durante o mandato, é sempre em segundo e terceiro plano.

Quero cumprimentar o Luiz Carlos, novo presidente da Girolando; o Bruno e o Odilon, que estão presentes e tomam posse dia 10. Podem contar com a gente. Talvez não esteja presente no dia da posse, mas o nosso mandato, o nosso gabinete está de portas abertas para a associação do girolando. Que o governo se aproxime dessa associação para ver a genética, a tecnologia e os avanços que houve. Eles estão bem à frente. Precisamos levar ao pequeno produtor, à agricultura familiar a genética que existe, hoje, da qual talvez o governo não tenha conhecimento. Antigamente, para uma vaca entrar no curral e produzir leite, levava três, quatro anos. Com a genética, hoje, leva um ano e meio e com alta produção. Um boi ia para o abate, o frigorífico, com três, quatro anos, mas hoje isso é precoce. Com um ano você pode abater o frango, o porco. O governo precisa investir no setor da pecuária, no setor rural.

No ano passado, a Cooxupé recebeu 6 milhões de sacas de café. O Sul e o Sudoeste de Minas, onde existem lavouras de café, onde produzem, são regiões diferentes. Existem muitas cidades do Norte de Minas que não têm um pé de café. Mas os seus moradores, durante a safra, vão apanhar café no Sul de Minas, onde ficam três, quatro meses e fazem compras para passar o ano, constroem, compram móveis. São do Norte de Minas e da Bahia e vão na época da safra. Então o setor rural precisa, merece um olhar de atenção do governo.

Os governos – estou falando dos governos que passaram, do atual e dos que estão por vir – têm de ter um olhar para o agronegócio, para o setor rural. Se existe hospital em dificuldade em nossa região, reúna os produtores rurais para fazer um leilão de bezerro, uma campanha do café e socorra o hospital, como fizemos, em dezembro, para socorrer o Hospital Otto Krakauer. Foi um leilão de 20 dias que arrecadou R\$318.000,00. Trata-se de um hospital de 40 anos que está fechando as portas. Existem moradores nesse hospital, inclusive morador há 36 anos. Se esse hospital fechar, esses moradores vão para a sarjeta. Precisamos olhar, precisamos ser mais coletivos, estar mais juntos aqui, porque esse debate político, essa briga de partido político vai afundando. Às vezes, os maiores partidos do País e do Estado estão morrendo abraçados por uma briga e pelo abuso de poder. Tínhamos de unir as



nossas forças. Tenho pouca experiência, mas sei da importância do homem do campo e de todas as dificuldades, porque vim de lá. Então a Cooxupé, todas as empresas e todo cafeicultor precisam de atenção.

Levamos um consórcio que estamos constituindo, para o desenvolvimento do café, para uma feira em Milão, da qual participavam 112 países, de cinco continentes. O Brasil nunca participou. O Estado de Minas Gerais participou nesses dois anos com toda a dificuldade, junto com o professor da Ufla. Servimos 13 mil xícaras de café, com muitas dificuldades. Vá lá e compare o nosso estande com o da Colômbia. Não chega nem perto. Eles produzem a metade do que produz o Estado de Minas Gerais. A Colômbia produz 13 milhões de sacas de café; a nossa região, Sul e Sudoeste, produz 17 milhões. O Estado produz 23 milhões de sacas de café e nunca participou dessa feira. Ele tinha de participar de todas feiras.

Houve a Copa do Mundo aqui, no Brasil. Quem viu um boné na cabeça de jogador com qualquer propaganda do café do Brasil durante a realização da copa? Quem viu qualquer propaganda do café do Brasil durante as Olimpíadas? Ninguém. Precisamos nos unir para termos reconhecimento, e os governos não reconhecem, não têm esse olhar. Deviam colocar o agronegócio, o setor rural como prioridade. Ele sempre está em segundo, terceiro e quarto planos. E é o agronegócio, é o setor rural que banca este país, que o mantém de pé, que banca este estado e o mantém de pé; que banca os municípios.

Se há o Hospital do Câncer, na cidade de Passos, no Sul de Minas, devemos isso ao cafeicultor e ao pecuarista, que levantaram R\$7.000.000,00 em uma campanha e construíram o hospital. Não era nossa obrigação, mas do governo. Construímos isso há dez anos. Se não fosse isso, o nosso povo estaria se tratando até hoje em Barretos, em Jaú, São Paulo, na Unicamp. Hoje eles se tratam lá porque o produtor rural construiu o hospital e o mantém com 32 leilões durante o ano, arrecadando R\$5.000.000,00. Por que o produtor rural ajuda a igreja, ajuda a Apae, ajuda o Lar São Vicente, constrói o hospital e ajuda a mantê-lo, e o governo não pode pôr o setor rural em primeiro plano e considerá-lo prioridade?

A Secretaria de Agricultura do Estado está totalmente sem recurso – aliás, quase todas as secretarias –, e ela tinha de ter o básico. Com muita dificuldade, por meio do nosso mandato, já compramos e levamos para a região 73 botijões de sêmen. Estamos levando sêmen de quatro raças para inseminar o gado do pequeno produtor, da agricultura familiar. Começamos com esse projeto de inseminação no dia 1º de agosto. Já levamos 44 profissionais para fazerem o curso de inseminação em 40 cidades e vamos inseminar o gado do sitiante, daquele que não tem condição de ter um touro PO, que não tem condição de comprar um botijão, sêmen de alta genética. Estamos fazendo isso com dificuldade. Os outros deputados podiam fazer a mesma coisa e levar para suas regiões a genética para quem não tem condição de comprá-la. Precisamos ser mais unidos, precisamos fazer tudo aqui de forma coletiva e marcar o rumo ao qual queremos chegar. Vamos juntos.

Como uma boiada vai puxar um carro se quatro bois o puxam para trás e quatro bois o puxam para a frente? Ela nunca vai conseguir chegar a lugar algum. Quantos deputados há aqui de três, quatro, cinco mandatos que às vezes não medem as palavras ao se pronunciarem? Não tenho nem um mandato, mas acho que esta é uma Casa de respeito, onde deve haver a união dos deputados para ajudarmos a melhorar este estado.

Independentemente de quem seja o governador ou o partido que esteja à frente deste estado, se eu estiver aqui, quero dar a ele condição para governar, porque se ele está aqui é porque o povo escolheu, o povo votou. Não foi uma pessoa sozinha. Seja certo, bom ou ruim, veio do povo. Seja de qualquer partido, acho que temos a obrigação de lhe dar condição para governar. Estou fazendo a minha parte com muita dificuldade. Todos que precisarem do nosso mandato e da minha pequena força poderão contar comigo.

O Ulysses Gomes e a Mesa que ficou aqui por dois anos fizeram muito por esta Casa. Desejo à Mesa que tomou posse hoje que faça ainda mais. Que Deus a proteja e que ela renuncie a qualquer troço diante desta Casa. Se muitos deputados chegam aqui hoje cansados, reclamando, dizendo que trabalharam muito nessas férias, digo que cansado está quem anda o mês inteirinho atrás de emprego. Há muita gente andando o mês inteirinho atrás de emprego. Está cansado de trabalhar? Que bom que tem emprego, que tem salário. O duro é estar cansado de correr atrás de emprego, de ficar nessa condição um mês, dois meses, três meses.



Então podem contar conosco. No que for possível servir com a minha força neste mandato, nesta Assembleia, neste governo, podem contar comigo.

O deputado Leonídio Bouças* (em aparte) – Caro deputado Emidinho Madeira, gostaria inicialmente de cumprimentá-lo e elogiar suas palavras; em primeiro lugar, a justa homenagem que faz ao agronegócio brasileiro. V. Exa. disse que o agronegócio é o carro-chefe, e realmente tem sido isso o tempo todo, durante décadas. Temos visto, com muita tristeza, os resultados dos alunos brasileiros que concorrem no Pisa. Os estudantes brasileiros concorrem com estudantes de outros países, fazem provas nas questões da língua nacional, nas ciências, na matemática, e estamos sempre entre os últimos lugares. Temos visto o Brasil não se dar bem em vários setores, mas no agronegócio damos um banho no mundo. Estamos entre os maiores produtores de soja, de milho, de carne e de vários outros produtos. Foi o único setor em que o Brasil investiu, e deu certo.

Gostaríamos de cumprimentar a Embrapa e a Epamig, que, na época certa, fizeram os investimentos necessários para que hoje pudéssemos estar entre os primeiros do mundo. E, quando V. Exa. faz essa justa homenagem, deputado Emidinho Madeira, ao agronegócio brasileiro, não podemos deixar de dizer, com o intuito de que possa ainda se sair melhor, o quanto esse setor continua sendo hostilizado, prejudicado. Não podemos deixar de reconhecer que houve uma melhora no tempo, quando houve investimentos certos, principalmente na questão do crédito, que, no passado, não saía no momento certo. Houve uma melhoria nesse campo para atender ao agronegócio, e aí está o resultado.

Quero também, como na sua fala, que fez menção à Mesa, parabenizá-la, já que cumpriu seu papel nesses últimos dois anos. Quero também deixar minha homenagem a esta Mesa, que trouxe o reconhecimento da sociedade mineira à Assembleia Legislativa pelo bom relacionamento que teve com o Tribunal de Justiça, com o governo do Estado, com o Poder Executivo e com o Ministério Público. Quero cumprimentar o presidente Adalclever e toda a Mesa que encerrou seus trabalhos ontem e desejar a esta Mesa – comandada, novamente, pelo presidente Adalclever Lopes – muito sucesso.

Aqui, hoje, estamos com o secretário Rogério Correia e com o deputado Dalmo Ribeiro, que está comandando esta sessão. Quero lhes desejar uma gestão profícua, e espero que nós realmente tenhamos a continuidade desse trabalho que enobreceu a Assembleia Legislativa nesses últimos dois anos. Com certeza, teremos dois profícuos anos pela frente.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Emidinho Madeira.

O deputado Antonio Lerin* (em aparte) – Gostaria apenas de parabenizar nosso companheiro de partido, Emidinho Madeira, pelo seu pronunciamento, pelas suas belas palavras em defesa do agronegócio brasileiro, que é quem segura o PIB do nosso país. Quero também aqui, neste momento, aproveitar e parabenizar a nova diretoria da Girolando, que toma posse no próximo dia 10, na nossa querida Uberaba. Estão aqui o presidente Luiz Carlos e o diretor Luiz Fernando, que é o tesoureiro. Está nos prestigiando também o Bruno.

De público, usando a tribuna legislativa, gostaria de fazer um apelo ao governo de Minas, por meio do presidente da Codemig, uma vez que a sede própria da Girolando é na nossa cidade de Uberaba, e lá ela foi fundada.

Quero aqui parabenizar o nosso ex-presidente Jonadan Ma, que desenvolveu um grande trabalho, que alavancou a Girolando por todo o nosso país, mas quero fazer um apelo ao governo que patrocina nossa feira da Girolando, a nossa Megaleite. A feira será realizada em Belo Horizonte, mas ela sempre foi realizada em Uberaba. Em 2016, ela foi realizada em Belo Horizonte e, em 2017, ela será realizada novamente em Belo Horizonte, porque a Codemig está colocando um patrocínio de R\$1.000.000,00. Gostaríamos que o governo revisse essa posição, para que, em 2018, a Megaleite possa voltar a ser realizada no nosso município, na nossa querida cidade de Uberaba.

Parabéns à nossa diretoria; desejamos êxito no seu mandato.

Encerrando minhas palavras, presidente Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de parabenizar a nova Mesa da Assembleia Legislativa, empossada hoje pela manhã, e de desejar êxito a todos. Conto com o apoio dos 77 parlamentares para, juntos, desenvolvermos, cada vez mais, o nosso querido Estado de Minas Gerais.

Parabéns, deputado Emidinho Madeira. Obrigado pelo aparte.

O deputado Emidinho Madeira* – Já estou encerrando. Durante o nosso pronunciamento, falamos do produtor rural e do agronegócio. Pensamos que todos os deputados, secretários e o governador, todos os dias quando se levantarem para tomar café, deveriam se lembrar de onde esse café vem e de que essa é a maior empresa que temos no Estado, gerando emprego direto e indireto. Precisamos olhar para esse setor.

Existem muitos hospitais em dificuldade, até na minha região. São vários. Em Piumhi, um hospital está para fechar as portas. Esse é um retrocesso muito grande para a nossa região e para o nosso estado. O que vamos fazer? Talvez, com os poucos recursos que temos, se unirmos nossas forças, junto com o governo, possamos ajudar a solucionar um problema. Não existe crise que não passe, e essa também vai passar. Não existe descida sem subida. Logo vai começar a melhorar, a subir. Se estivermos em harmonia, juntos, de mãos dadas, acredito que vamos, em um momento de dificuldade, produzir mais um pouco. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Piccinini* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero desejar, Sr. Presidente, Sr. Secretário, muitas felicidades à Mesa e a todos os deputados. Ocupo a tribuna, neste momento, para agradecer aos eleitores que fizeram com que eu estivesse aqui na Assembleia Legislativa. Quero agradecer muito aos policiais e aos bombeiros militares e dizer que estaremos defendendo a segurança pública e a causa deles. É um momento muito gratificante para mim, e quero dizer que estarei sempre junto com todos em prol de uma sociedade mineira melhor, mais coerente. Esperamos, juntos, fazer com que todos tenham qualidade de vida. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria, primeiro, dizer que estou aqui não em nome de um governo ou de um governador, mas em nome do povo de Minas Gerais, que me escolheu para ser oposição na Assembleia Legislativa. Ao ser oposição, eu cumpro o meu mandato como parlamentar. Foi para isso que a população me escolheu. Eu estou na oposição na Assembleia Legislativa. Fico pensando nos deputados que defendem o café ao ver fazendas produtoras ser invadidas e desapropriadas sem que se dê uma palavra aqui da tribuna. Temos na região de Furnas duas fazendas que produzem café sendo desapropriadas pelo Estado, contrariamente à legislação. A lei determina que fazenda invadida não pode ser desapropriada, e que o governo do Estado de Minas Gerais só pode desapropriá-la para fins educacionais. Pois desapropriou fazenda de café, e não houve uma palavra contra isso aqui. Vamos nos unir para apoiar este governo que desapropria fazenda de café? Não, não contem comigo! Eu fui escolhido para ser oposição. Eu sou oposição a este governo.

Quero neste momento levantar um assunto que preocupa a todos nós: o sistema penitenciário do Estado de Minas Gerais. Lamento o abandono desse sistema e da segurança pública. Lembro-me de quando a oposição criticava o governo de Minas pela parceria público-privada na construção de uma unidade penal em Ribeirão das Neves, que hoje é modelo para o Brasil. A Cidade Administrativa também foi muito criticada. “Tem de vender aquilo!” Era só blá-blá-blá de uma oposição que está no governo agora e é totalmente incompetente. Temos um governo que dá a maior condecoração do Estado de Minas Gerais, a Medalha da Inconfidência, a João Pedro Stédile. Da tribuna eu devolvi a minha medalha. Como defender um governo como esse que premia João Pedro Stédile? Não me chamem para me unir a pessoas que apoiam este governo. Eu não o apoiarei!

Vejamos o investimento destinado ao sistema penitenciário de Minas Gerais. Liguei para o Samuel Marcelino, que foi subsecretário de Administração Prisional do Estado e se encontra aqui. Em 2014, o governo que eu apoiava investiu R\$42.000.000,00. Em 2016, o governo do PT, apoiado por essas pessoas que vieram aqui e querem uma união – não me chamem! –, investiu

R\$2.000.000,00. O sistema penitenciário que aí está foi construído pelo PSDB, Democratas, PT, PTB, todos os partidos e todos aqueles que apoiaram aquele governo.

Deputado Sargento Rodrigues, tenho aqui também os dados da Polícia Militar. É uma vergonha o que este governo está fazendo com essa corporação. Os números dos investimentos estão aqui. Foram destinados R\$36.000.000,00 em 2014; e agora, em 2016, R\$10.000.000,00. Temos um comandante de Rotam aqui. Como andam as viaturas? Tiraram a alimentação dos policiais que estão nas ruas. Este governo é uma vergonha, um escândalo. Não me chamem para me unir e apoiá-lo, pois não terão o meu apoio. Eu estarei onde a população de Minas Gerais me colocou: na oposição a este governo.

Sei que querem um aparte, e eu o concederei, com muito prazer, ao líder Léo Portela, que representa uma parte importante. Depois concederei a palavra ao Felipe Attiê, meu líder. Eu e o deputado Sargento Rodrigues percorremos o Estado e vimos que Minas Gerais estava com quase 70 mil pessoas presas. Há um grande comércio de drogas no nosso estado. É demanda. Para encerrá-la, precisamos tratar o usuário, o dependente. Sei que o grande líder Léo Portela falará sobre o abandono do governo do PT ao tratamento do usuário, do dependente, das comunidades terapêuticas. Procurem a Bíblia em comunidades terapêuticas. Não pode ter. É o fim!

O deputado Léo Portela* (em aparte) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que esperar de um governo que fundamenta a sua forma de governar em ideais marxistas como o do Manifesto Comunista, que prega a supressão e a abolição da família? Governos marxistas agem dessa forma, destruindo os valores da sociedade, a família, os pais e mães de família, aqueles que militam em favor da vida.

Veja bem, deputado João Leite, podemos fazer diversas críticas e alertar o povo mineiro, mas quero aqui lembrar o que aconteceu no último sábado, dia 28. O governador Fernando Pimentel, marotamente, jogou no lixo toda discussão que fizemos aqui na Assembleia nos últimos dois anos sobre ideologia de gênero. Jogou no lixo e, com uma canetada, baseado nos ideais marxistas, atacou gravemente as famílias de Minas Gerais. Nesse decreto do governador ele autoriza, veja bem, o nome social em todas as instâncias do poder público estadual. O que isso quer dizer? Quer dizer que a discussão democrática que fizemos aqui na Assembleia, ouvindo a população sobre a questão da ideologia de gênero no Plano Estadual de Educação, foi suprimida pela canetada do governador. Agora, qualquer aluno que quiser se identificar com um gênero diverso do seu gênero biológico nas escolas, na Secretaria de Educação, poderá fazê-lo. Como fica um adolescente, um jovem em formação, doutrinado pelos ensinamentos marxistas que visam destruir as famílias? Como fica um jovem doutrinado? De repente, dizem para ele assim: “Você não é menino; está menino. O seu sexo, o seu gênero é uma construção social. Você não precisa ser menino. Hoje você pode usar o seu nome de menina.”

Esse decreto do governador Fernando Pimentel faz com que agora a ideologia de gênero tenha as portas escancaradas em Minas Gerais. Nome social agora pode ser usado na escola. Isso é uma criação de Fernando Pimentel. Ele fez isso porque baseia o seu governo nos ensinamentos do Manifesto Comunista de Karl Marx, que diz: “Abolição da família, porque ela é uma criação do capitalismo”. Diz ainda que a relação entre homem e mulher, marido e mulher não é uma relação genuína, mas de dominação. Segundo ele, não há homens e mulheres, mas, sim, pessoas com sexo indefinido e que devem defini-lo livremente, sem pressões sociais, aquele papel social que querem exercer na sociedade. Diz, ainda, que ninguém nasce homem ou mulher, mas o gay nasce gay.

Não temos nada contra a orientação sexual de ninguém, mas temos tudo contra o Manifesto Comunista e contra a destruição da família, que é o que o governador Fernando Pimentel quer fazer em Minas Gerais. Obrigado, deputado.

O deputado João Leite – Parabéns, deputado Léo Portela. É a volta dos Atos Institucionais – AIs – tão criticado por eles.

Não se discute mais na Assembleia, não. Não se discute com os representantes do povo, não. O príncipe Pimentel dá uma canetada e determina o que vai ocorrer no Estado de Minas Gerais. Sei que V. Exa., com sua competência, com a nossa assessoria, com o Prof. Sabino, vai fazer um projeto de resolução para cassar esse decreto do governador. É um absurdo! Então, que se feche o Parlamento. Se o governador vai legislar, vai determinar, que feche, então, a Assembleia Legislativa. Isso mesmo. Não podemos aceitar.



Queria dizer, antes de passar a palavra – estou ansioso para ouvir o deputado Felipe Attiê, que sabe que é meu professor –, deputado Sargento Rodrigues – ele, com muita competência, vem conduzindo a política de segurança pública na Assembleia Legislativa –, que, em todos esses anos do governo do PT em Minas Gerais, não foi criada nem uma vaga no sistema penitenciário. Estão brincando com fogo, não levam isso a sério.

Com muito prazer e honrando esse parlamentar, concedo aparte ao deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* (em aparte) – Prof. João Leite e deputado Dalmo Ribeiro Silva, grande colega que preside esta reunião e gigante do Sul de Minas em favor da indústria, das escolas e daquele povo operoso, consagrado hoje aqui como nosso 2º-vice-presidente e que agora dirige nossos trabalhos com sua competência, como brilhante advogado que é, boa tarde.

Deputado João Leite, o PT não dá conta de fazer um *software*. Se o *software* tem propina, talvez até fosse bom. Se o *software* não tem propina, e foi feito por qualquer um, cria-se uma confusão enorme, como estamos vendo na vergonhosa designação de professores nas quase 4 mil escolas de Minas Gerais, nos 853 municípios. Que confusão, D. Macaé!

Gente, para um *software* tem que ser feito um fluxograma. Estudamos, na introdução à ciência da computação, no curso de administração, o fluxograma, que são as previsões das decisões que o *software* tem que tomar. Para fazer um *software* de designação no Estado, a primeira coisa que o programador tem que fazer é compreender as leis, as resoluções e a hierarquização e, depois, entrevistar os superintendentes, os professores e todo mundo na secretaria. Aí, sim, começa-se, em conjunto, a fazer um *software*. Fizeram um *software* de fundo de quintal petista, e a confusão se alastrou em Minas Gerais, deixando as professoras sem emprego. Até nome de rua foi designado para ser professor em Minas Gerais, na confusão cibernética que o PT está aprontando na Secretaria de Educação.

Se querem fazer um *software*, contratem uma pessoa que saiba fazê-lo. Que vocês tenham, pelo menos, competência, porque vocês já não estão fazendo nada em Minas Gerais. Quando pegam um *software* para fazer, vocês fabricam confusão. O PT é um fabricante de incompetência, um fabricante de politicagem. Vocês estão achando que fazer um *software* de informática para administrar o maior número de servidores do Estado de Minas Gerais, que estão na educação, é igual a fazer reunião na porta de sindicato, em cima de carro? Vocês estão brincando com essas professoras! Que bando de desorganizados, que vergonha está sendo esse *software*! *software* tem que ter garantia, tem que ter amarração lógica, tem que ter organização e método para ser implantado. Vocês precisam, D. Macaé, ter jeito para fazer as coisas. Vão atrasar as aulas, do jeito que vai essa baderna que está a designação em Minas Gerais na Secretaria de Educação, essa vergonha que estamos vendo. Isso não é reunião em porta de boteco para fazer greve; isso é tratar de nossas crianças, de nossa educação, de nossas servidoras, de nossas profissionais da educação, que estão desesperadas há dias por causa da irresponsabilidade de quem fez esse software, de quem opera e, acima de tudo, da incompetência petista que se instalou em Minas Gerais nesse caso e em vários outros à frente desse governo desastroso de S. Exa., o governador Fernando Pimentel.

O Pimentel precisa acordar cedo para cobrar, perguntar à Sra. Macaé e a esses senhores o que estão fazendo com os professores, que estão angustiados, sem saber se vão trabalhar, que foram designados de forma errada – pessoa que mora em Belo Horizonte foi designada para o interior. Que vergonha, que povo à toa!

Vou dizer aos senhores: resolvam, em Uberlândia, o problema do Ipsemg. Fecharam o hospital, já vai fazer três anos que vocês deixaram os profissionais da educação sem saúde, sem nada em Uberlândia. Que governo é este? Onde está o Sr. Neivaldo? Onde está o Sr. Rogério Correia? Onde está o Sr. Durval? Abram o Ipsemg em Uberlândia. Havia Ipsemg lá, no governo anterior, havia o Madrecor. Onde está o Ipsemg de Uberlândia? Estou recebendo reclamações das diretoras, das professoras, dos funcionários do Estado, de toda a região de Uberlândia, que se tratavam no Ipsemg, que se tratavam antigamente no Madrecor, no governo Anastasia, e que agora estão sem saúde, estão afastados.



Que vergonha este governo do PT! Que bagunça! Deixa os servidores da educação sem saúde. Eles ainda vêm falar que fizeram acordo histórico, que fizeram isso ou aquilo. Vocês estão enrolando os professores, deputado João Leite. Devolvo a palavra à V. Exa. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Obrigado, deputado Felipe Attiê. Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que a secretária não estava aqui, deputado Felipe Attiê, estava em Cuba.

Muito obrigado pelo tempo, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/2/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 1/2/2017, que nomeou Ariane Guimarães Costa Penna, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Durval Ângelo;

exonerando Abrahão Hissa Safar Neto, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Ailon Luiz Júnior, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

exonerando, a partir de 6/2/2017, Antônio Fernando Máximo, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

exonerando, a pedido, a partir de 6/2/2017, Carlos Augusto Coelho Neto, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

exonerando Felipe Bragança Lana Silveira Ataíde, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro;

exonerando, a partir de 6/2/2017, Giovana Cremasco Baracho, padrão VL-32, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

exonerando Gláucia de Fátima Nogueira Matias, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos;

exonerando Hugo Mendes Rosa, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando Mussio Moura Soares, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Otto Rodrigues da Cunha, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

exonerando Rodrigo Gonçalves Moraes, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

exonerando Sara Cristiane Salvatini da Silva, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Agnus José de Moraes, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Durval Ângelo;

nomeando Alexandre Dutra Gomes, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Arnaldo José de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Felipe Attiê;

nomeando Celeste Leite Froes, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;



nomeando Eliane da Fonseca Braga Maia Mendes, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

nomeando Flavia Maria de Araujo Lamounier, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Petrônio Luiz Matias, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos;

nomeando Tayga Monção Ribeiro Cruz, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, assinou os seguintes atos:

exonerando Cristiano Felix dos Santos Silva do cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor-Geral, símbolo S-01, código AL-DAS-3-01, do quadro de pessoal desta Secretaria;

nomeando Cristiano Felix dos Santos Silva para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Diretor-Geral, símbolo S-01, código AL-DAS-3-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário-Geral da Mesa, símbolo S-01, código AL-DAS-3-02, do quadro de pessoal desta Secretaria;

nomeando Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário-Geral da Mesa, símbolo S-01, código AL-DAS-3-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 31/1/2017, o servidor Anilson Robson da Silva, CPF nº 220.457.916/53, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-50, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1/2/2017, a servidora Patrícia Maria de Oliveira, CPF nº 402.810.356/87, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-50, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1/2/2017, a servidora Maria Lina Soares Souza, CPF nº 090.714.406/30, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Redator-Revisor, padrão VL-66, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/2/2017, a servidora Márcia Campos de Seixas Barbosa, CPF nº 296.155.346/68, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Taquígrafo, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, e, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve dispensar os servidores Luís Antônio Prazeres Lopes, matr. 5.762/2, membro efetivo da Comissão Permanente de Licitação, e Rodrigo Machado de Oliveira, matr. 20.0007/7, membro suplente da referida Comissão, designando, para integrá-la, como membro efetivo, o servidor Rodrigo Machado de Oliveira, matr. 20.007/7, e, como membro suplente, o servidor Luiz Paulo Magalhães Lamego, matr. 20345-9.

TERMO DE CONTRATO Nº 97/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sensorial Detectores de Segurança Ltda. – EPP. Objeto: aquisição com instalação, ativação, instrução técnica e operacional e assistência técnica de detectores de metal tipo portal e aquisição de detectores de metal manuais tipo bastão. Vigência: três meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 96/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.4.4.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 103/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom. Objeto: prestação de serviços de conexão de dados. Vigência: 12 meses, de 7/1/2017 a 6/1/2018. Licitação: Pregão Eletrônico nº 100/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 7/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Realize Serviços e Comércio Ltda. – ME. Objeto: fornecimento, com instalação, de vidros. Vigência: quatro meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 95/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 99/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da ALMG, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio. Objeto do aditamento: primeira prorrogação. Vigência: 12 (doze) meses, a serem contados de 29/12/2016 a 28/12/2017, inclusive. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.